



BOLETIM #9 - TRANSPARÊNCIA COVID-19

Dez estados anunciaram retomada sem divulgar situação geral dos leitos

Indicador-chave para tomada de decisão sobre reabertura econômica, ocupação de leitos de toda a rede é divulgada por apenas cinco dos 15 estados que já anunciaram medidas para reabertura; quantidade de testes é publicada por dez dos 15.

➔ Além de testes disponíveis e ocupação de leitos, monitoramento de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) é importante para avaliar retomada.

➔ 14% dos estados avaliados ainda está abaixo do nível "Bom" do Índice de Transparência da Covid-19. No início da avaliação, taxa era de 90%.

➔ 17 entes (61%) divulgam microdados de casos; ainda faltam: AM, BA, PI, RS, RR, SP e TO. Outros estados divulgam apenas para óbitos: MA, MT, PB e SE.

➔ Quase todos os entes (96%) possuem painel de visualização dos casos. Em 3 de abril, taxa era de 32%. Somente MT ainda não possui a ferramenta.

Após três meses da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, os estados começam a debater e anunciar medidas para a flexibilização da quarentena e a retomada da economia. Conforme levantamento da Open Knowledge Brasil (OKBR), a partir da cobertura da imprensa regional e nacional, ao menos 15 estados já iniciaram ou já definiram as datas de seus processos de reabertura das atividades (veja detalhamento na tabela abaixo).

No entanto, a legítima preocupação com a geração de renda e com a manutenção dos postos de trabalho frequentemente não vem acompanhada da abertura dos dados que embasam ou deveriam embasar tais planos de retomada. Dos 15, apenas



cinco divulgam em suas páginas oficiais a taxa de ocupação de leitos de toda a rede de saúde, enquanto dez divulgam a quantidade de testes disponíveis no estado.

A taxa de ocupação de leitos integra o conjunto de indicadores que definem as regras de abertura do plano divulgado pelo estado de SP, por exemplo. A depender dessa taxa, a classificação de risco aumenta, ou diminui. No entanto, assim como os estados ES, MA, PA e PE, PR e SE, a taxa de ocupação de leitos divulgada reflete apenas aqueles reservados para Covid-19, ou seja, não permite conhecer a situação de lotação da totalidade da rede de saúde. Esta pode estar sobrecarregada e eventualmente deixando de atender pacientes de outras doenças.

Dentre os principais motivos de preocupação para a retomada da economia, expressos por pesquisadores e profissionais da saúde, está a subnotificação de casos e a complexidade para estimar o fenômeno, que envolve aspectos epidemiológicos, sanitários e de dinâmicas sociais. Por isso, é fundamental garantir a qualidade da coleta de dados de taxa de ocupação de leitos de toda a rede de saúde, contágio por outros vírus respiratórios e testes disponíveis e aplicados, por exemplo.

"Avaliados pelo ITC-19, esses três indicadores são alguns dos que podem auxiliar governos a construir planos de retomada mais conscientes, preocupados com a subnotificação de casos, e que busquem mitigar este risco à saúde da população", afirma Camille Moura, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR. "Além disso, promover a transparência desses dados permite um debate público mais qualificado sobre a estruturação e adoção de tais medidas de retomada", completa.

Enquanto a taxa de ocupação de leitos totais expõe as condições da infraestrutura de saúde para receber os pacientes de Covid-19 e outras enfermidades, a disponibilização de dados de testes disponíveis e aplicados evidencia a capacidade dessa rede para diagnosticar os casos. Sem garantir ampla testagem da população, o estado corre o risco de não detectar diversos pacientes, principalmente os assintomáticos, que podem dar vazão à disseminação do vírus sem perceber.

Um terceiro indicador importante são dados sobre outras doenças respiratórias, como as demais Síndromes Respiratórias Agudas Graves e as Síndromes Gripais. Não apenas porque elas podem "mascarar" casos de contágio por Covid-19 devido à semelhança de sintomas, como também porque o Ministério da Saúde determinou que esses casos devem ser testados para detecção do novo coronavírus. Dos 15 estados

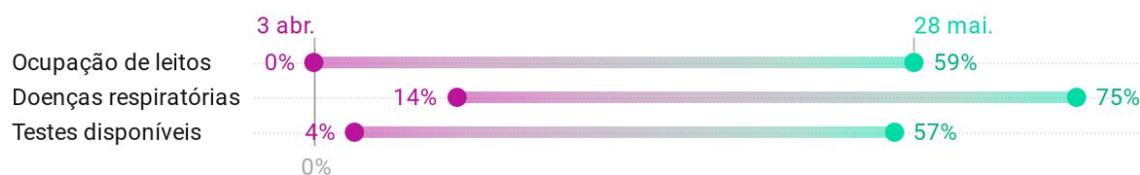
que anunciaram algum tipo de retomada, 12 divulgam essa informação, em diferentes graus de detalhamento.

"A transparência dos indicadores é importante para que a sociedade possa monitorar se os planos de abertura são decisões tomadas com segurança, ou seja, se são políticas públicas baseadas em evidências e não respostas apressadas decorrentes de pressão dos setores econômicos", explica Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR. "Além disso, sem transparência, não há sequer garantia de que esses indicadores estejam sendo monitorados adequadamente pelos próprios governos", conclui.

Por fim, o chamado indicador de isolamento social está no centro do debate sobre planos de reabertura, mas também pode ser objeto de controvérsia. Por ser produzido e fornecido por empresas de tecnologia a partir de dados coletados de aparelhos de celular, e não diretamente pelos governos, esse indicador não é avaliado pelo Índice de Transparência da OKBR. Mas a diversidade de fontes e metodologias para sua interpretação também deve ser levada em conta no debate sobre os planos de reabertura econômica. O projeto [Coronavirus-MG, por exemplo](#), levantou os diferentes indicadores divulgados sobre o tema na capital mineira e o comparou com os demais estados e a média nacional. A conclusão dessa análise foi que os dados não seriam positivos o suficiente para fundamentar a retomada anunciada pelo Estado.

EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE

Estes dados ajudam a compreender melhor o problema da subnotificação e a capacidade hospitalar. Veja a % de estados cumprindo esses quesitos, desde o início da avaliação



Fonte: OKBR • Criado com Datawrapper

PLANOS DE RETOMADA NOS ESTADOS E INDICADORES DISPONÍVEIS

Estado	Plano publicado ?	O que foi noticiado pela imprensa	Indicadores divulgados?		
			Ocupação de leitos	Testes disponíveis	Outras doenças respiratórias
Acre	Não	Empresários apresentaram proposta e governo deverá divulgar plano oficial até dia 30.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Alagoas	Não	Estuda reabertura gradual	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Amazonas	Não	Governador afirmou em coletiva de imprensa que comércio reabre em 1º de junho.	Não	Não	Não
Amapá	Não	Estuda plano para reabertura em julho. Proposta foi apresentada pela Federação de Comércio do Estado.	Apenas Covid-19	Não	Sim
Bahia	Não	Alguns municípios divulgaram seus planos, mas não há detalhes do Estado.	Apenas Covid-19	Não	Não
Ceará	Sim	Reabertura prevista para 1º de junho.	Sim	Sim	Sim
Distrito Federal	Sim	Decreto determinou reabertura do comércio a partir de 27/5.	Sim	Sim	Sim
Espírito Santo	Sim	Iniciou plano de reabertura gradual em 11/5.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Goiás	Não	Estuda propostas para um plano de reabertura.	Sim	Sim	Sim
Maranhão	Sim	Iniciou reabertura parcial a partir de 25/5 e publicou decreto sobre retomada. Em vídeo , governador explicou as regras.	Apenas Covid-19	Não	Sim
Mato Grosso	Não	Não há detalhes sobre o plano do Estado.	Apenas Covid-19	Não	Sim

Mato Grosso do Sul	Não	Não há detalhes sobre o plano do Estado.	Sim	Não	Sim
Minas Gerais	Não	Governador afirmou que concorda com reabertura anunciada pela capital, mas ainda não detalhou plano do estado.	Sim	Sim	Sim
Pará	Não	Anunciou reabertura e abriu edital para receber propostas do setor privado para retomada econômica.	Apenas Covid-19	Sim	Não
Paraíba	Não	Deputados estaduais discutem propostas, mas não há projeto formalizado.	Apenas Covid-19	Sim	Não
Paraná	Não	Templos e igrejas foram reabertos com restrições. Academias também. Decreto de serviços essenciais foi publicado no final de abril.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Pernambuco	Não	Setores do comércio apresentaram propostas de reabertura. Governo anunciou que retomada gradual inicia em 1º de junho.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Piauí	Não	Governador afirmou que deve manter quarentena e que retomada depende de queda na curva de contágio.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Rio de Janeiro	Sim	Anunciou Pacto Social pela Saúde e pela Economia com três fases. Restrições atuais permanecem até o fim do mês.	Não	Não	Sim
Rio Grande do Norte	Não	Prorrogou decreto com medidas de isolamento social. Terceira maior cidade determinou reabertura gradual do comércio.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Rio Grande do Sul	Sim	Decreto sobre Sistema de Distanciamento Controlado foi publicado no dia 10 com medidas para mitigar impacto econômico. Estado definiu calendário para retomada das	Sim	Não	Sim

		aulas presenciais em etapas.			
Rondônia	Sim	Decreto sobre o Sistema de Distanciamento Social Controlado foi publicado no dia 14 prevendo abertura gradual , em quatro etapas. Capital permanece no nível mais restrito.	Sim	Sim	Sim
Roraima	Não	Permanece com medidas de isolamento social . Capital alega precisar do estado para determinar lockdown e estuda antecipação de feriados.	Sim	Não	Não
Santa Catarina	Não	Determinou que as cidades terão autonomia para definir os processos de reabertura. Publicará decreto sobre o tema no dia 1º.	Sim	Não	Sim
São Paulo	Sim	Anunciou plano de reabertura gradual com cinco fases. Capital está em etapa menos rigorosa e publicará decreto sobre o tema no dia 1º.	Apenas Covid-19	Não	Não
Sergipe	Não	Anunciou plano de reabertura por região e segmento a partir de 15/6.	Apenas Covid-19	Sim	Sim
Tocantins	Não	Decidiu não prorrogar o decreto que determinava lockdown de 35 cidades. Estado voltou ao “distanciamento social ampliado”.	Não	Não	Não

QUEM MELHOROU

Nesta semana, Distrito Federal e Rondônia unem-se a Ceará, Goiás e Minas Gerais e passam a integrar o rol de estados que figuram no primeiro lugar do ranking, atingindo 100 pontos no Índice. Em ambos os casos, faltavam dados sobre ocupação de leitos de toda a rede de saúde e informações sobre outras doenças respiratórias, lacunas que foram preenchidas nesta avaliação.

A maior variação positiva foi do Mato Grosso do Sul. O estado havia despencado na última publicação do ITC-19 por não ter atualizado sua base de microdados. Com a atualização, MS subiu 59 pontos e passou à 5ª posição do ranking.

Outros estados que melhoraram seus desempenhos devido à disponibilização de dados em formato editável foram Tocantins e Rio Grande do Sul. Avanços em outras dimensões foram registradas nos demais estados: Santa Catarina melhorou em Granularidade, e Acre, em Conteúdo.

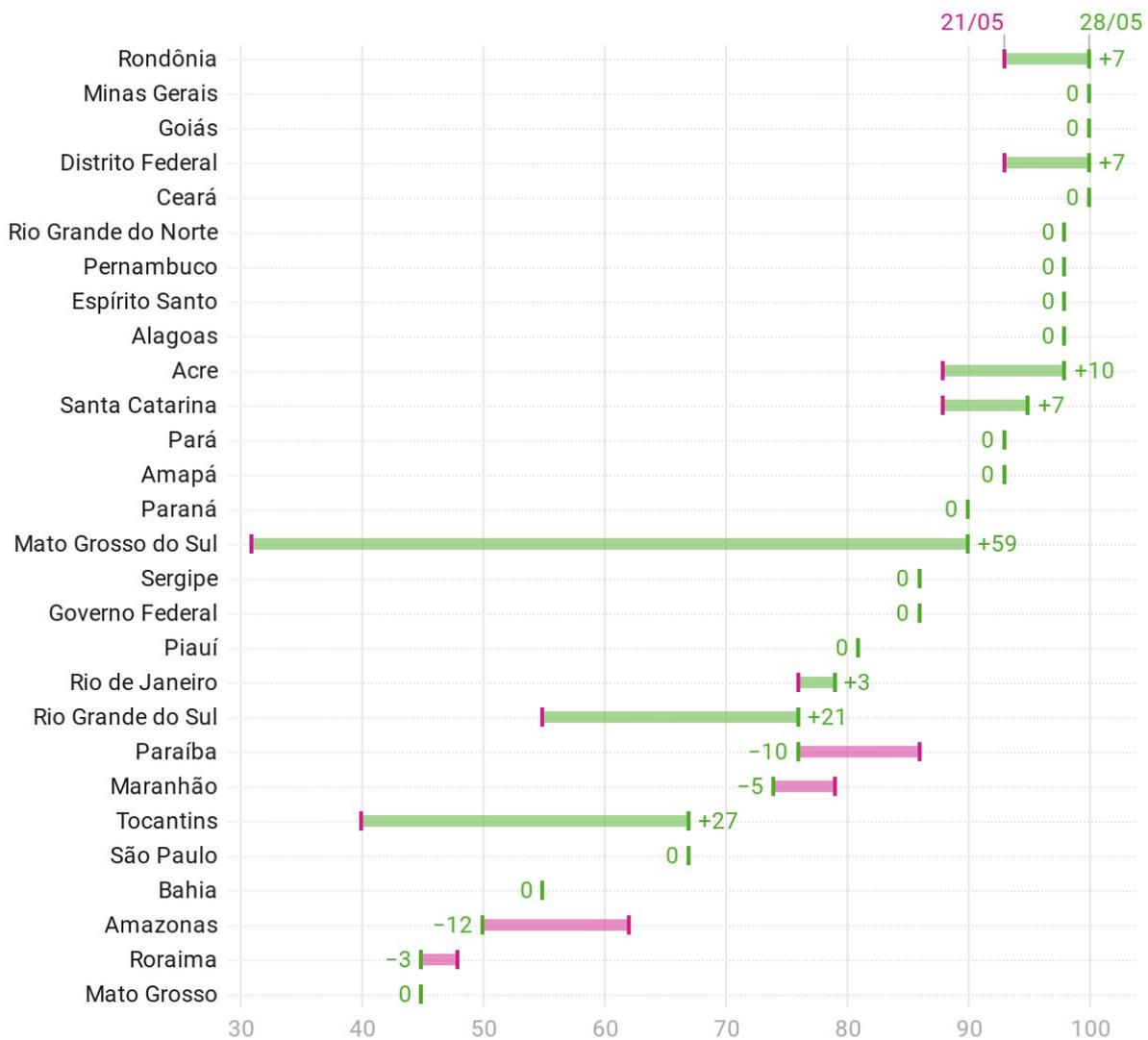
Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Mato Grosso do Sul	31	90	Criou painel de visualização e atualizou base de microdados.
Tocantins	40	67	Voltou a publicar dados sobre testes aplicados e passou a disponibilizar dados em formato aberto.
Rio Grande do Sul	55	76	Passou a disponibilizar dados em formato aberto.
Acre	88	98	Passou a disponibilizar dados sobre outras doenças respiratórias e testes disponíveis.
Rondônia	93	100	Passou a disponibilizar dados sobre outras doenças respiratórias e ocupação de leitos de toda a rede.
Distrito Federal	93	100	Passou a disponibilizar dados sobre outras doenças respiratórias e ocupação de leitos de toda a rede.
Santa Catarina	88	95	Passou a disponibilizar dados de ocupação de leitos de toda a rede e casos por bairro.

QUEM “ESCORREGOU”

À medida que os estados avançam em outras formas de disponibilização de dados, a publicação dos boletins epidemiológicos deixa de ser prioridade. No entanto, quando nem todas as informações dos boletins são replicadas em outras plataformas, prejudica a avaliação de transparência dos estados. Esta questão atingiu três estados nesta semana. Amazonas, Roraima e Paraíba publicavam boletins que continham mais informações do que suas outras ferramentas de consulta a dados.

Estado	Como estava	Como ficou	Principal motivo
Amazonas	62	50	Não atualizou o boletim semanal, o que impactou a dimensão de Conteúdo.
Paraíba	86	76	Deixou de disponibilizar dados sobre outras doenças respiratórias, além de idade e sexo de todos os casos.
Roraima	48	45	Não atualizou o boletim, o que impactou a disponibilização de dados sobre doenças preexistentes.

COMO OS ESTADOS EVOLUÍRAM NA ÚLTIMA SEMANA



METODOLOGIA

O Índice é atualizado semanalmente e leva em conta três dimensões e 13 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e séries históricas dos casos registrados.

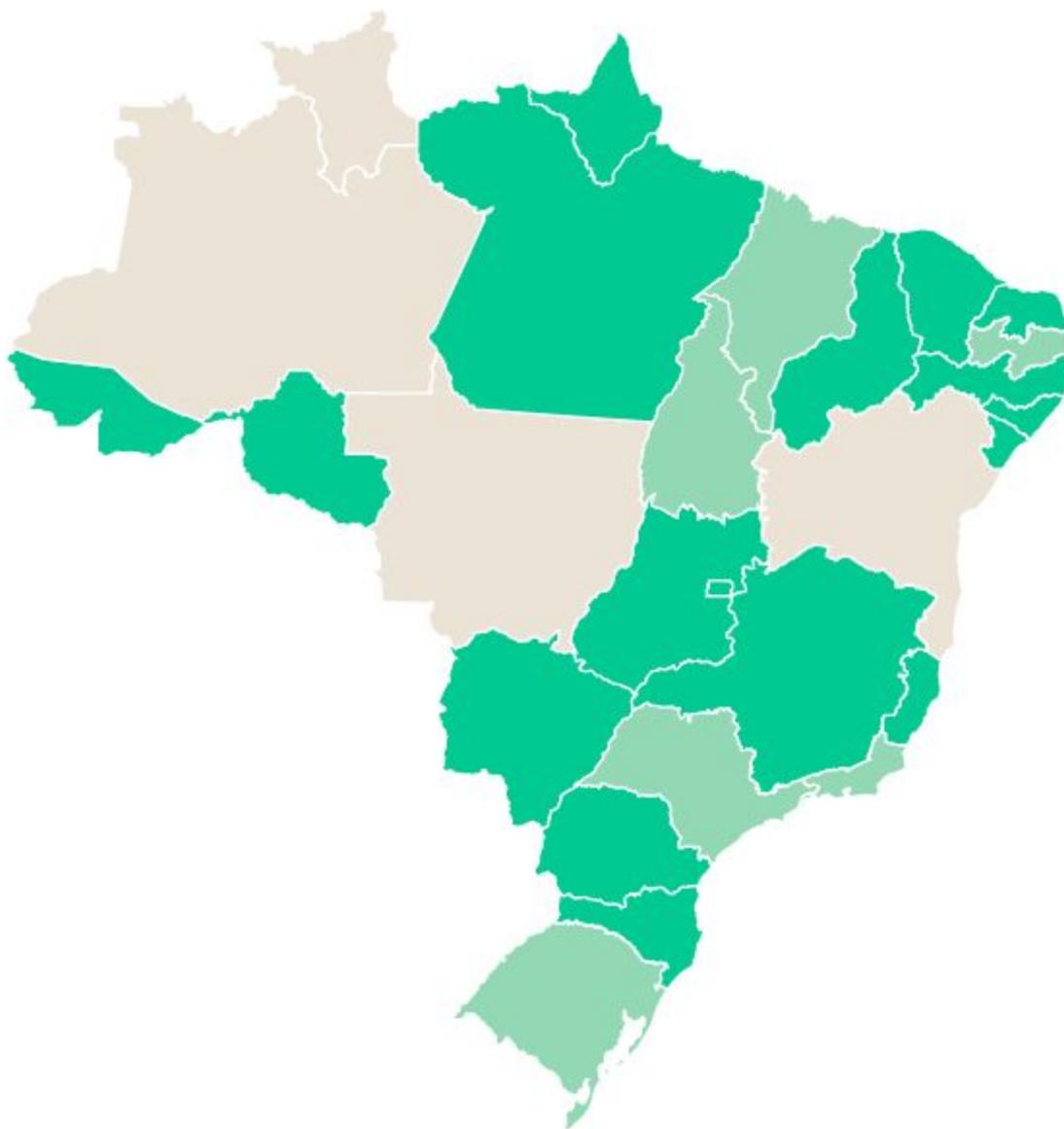
Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada ente.

Nota metodológica com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, desde então, vem sendo atualizado semanalmente, todas as quintas-feiras.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um [ranking próprio](#), com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19.

MAPA ATUALIZADO – TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA

OPACO
0-19 PTS

BAIXO
20-39 PTS

MÉDIO
40-59 PTS

BOM
60-79 PTS

ALTO
80-100 PTS

RANKING ATUAL

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1°	Ceará	CE	100	Alto
	Distrito Federal	DF	100	
	Goiás	GO	100	
	Minas Gerais	MG	100	
	Rondônia	RO	100	
2°	Acre	AC	98	
	Alagoas	AL	98	
	Espírito Santo	ES	98	
	Pernambuco	PE	98	
	Rio Grande do Norte	RN	98	
3°	Santa Catarina	SC	95	
4°	Amapá	AP	93	
	Pará	PA	93	
5°	Mato Grosso do Sul	MS	90	
	Paraná	PR	90	
6°	<i>Governo Federal</i>	União	86	
	Sergipe	SE	86	
7°	Piauí	PI	81	
8°	Maranhão	MA	79	Bom
	Rio de Janeiro	RJ	79	
9°	Paraíba	PB	76	
	Rio Grande do Sul	RS	76	
10°	São Paulo	SP	67	Médio
	Tocantins	TO	67	
11°	Bahia	BA	55	
12°	Amazonas	AM	50	
13°	Mato Grosso	MT	45	
	Roraima	RR	45	



SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://ok.org.br>

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL

Fernanda Campagnucci

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Camille Moura

Fernanda Campagnucci

GRÁFICOS

Thiago Teixeira

REVISÃO

Murilo Machado

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br